

IV Seminário Nacional

ProfÁgua

05 a 07 de outubro de 2022
Brasília - DF



ANAIIS



IV Seminário Nacional

ProfÁgua

05 a 07 de outubro de 2022
Brasília - DF



Copyright © 2019 dos organizadores

Direitos reservados desta edição
RiMa Editora

ISBN – 978-65-84811-10-2

Os textos deste livros foram publicados
na íntegra, conforme recebidos dos
organizadores.

COMISSÃO EDITORIAL - RIMA EDITORA
Dirlene Ribeiro Martins
Paulo de Tarso Martins
Carlos Eduardo de Mattos Bicudo (IB-SP)
Evaldo L. G. Espíndola (USP-SP)
João Batista Martins (UEL-PR)
Michèle Sato (UFMT-MT)

RiMa

Rua Virgílio Pozzi, 81 – Santa Paula
13564-040 – São Carlos, SP
Fone/Fax: (16) 988064652

COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO CHAPECÓ E IRANI: LIMITES E POSSIBILIDADES NO PROCESSO DE GESTÃO DAS ÁGUAS

André Leão¹, Cristiano Poletto²

RESUMO

A Lei Federal nº 9.433/1997 fundamentou a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH), compostos por representantes de órgãos governamentais, da sociedade civil organizada e dos usuários de água, com atribuições consultivas e deliberativas. Muitos CBH enfrentam dificuldades na operacionalização pela falta de estrutura física, recursos financeiros e entidades de apoio executivo. Neste sentido, avaliar a governança, ou que, e como os CBH, atuam, é importante para reconhecer as potencialidades, lacunas e fragilidades. Esta pesquisa tratar-se-á de um estudo de caso com do CBH Chapecó e Irani, situado na Região Hidrográfica 02, meio-oeste do Estado de Santa Catarina. O objetivo do trabalho é investigar como ocorrem os processos para a gestão integrada, descentralizada e participativa no referido CBH. A abordagem desta pesquisa será qualitativa, de natureza descritiva e a coleta de dados contará com pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas e observações. Como resultados espera-se descrever o panorama da criação do CBH, avaliar os avanços, lacunas e potencialidades para a gestão de recursos hídricos. Tendo como base os estudos realizados, será apresentado como produto um quadro contendo sugestões de ações que visem fortalecer o Comitê Chapecó e Irani para atuar na gestão local dos recursos hídricos.

Palavras-chave: Comitês de Bacias Hidrográficas, Gestão de recursos hídricos, Governança das águas.

ABSTRACT

Federal Law No. 9,433/1997 founded the creation of Hydrographic Basin Committees (CBH), composed of representatives of government agencies, organized civil society and water users, with consultative and deliberative attributions. Many CBH face difficulties in operationalization due to the lack of physical structure, financial resources and executive support entities. In this sense, assessing governance, or what, and how the CBH works, is important to recognize the strengths, gaps and weaknesses. This research will be a case study with CBH Chapecó and Irani, located in the Hydrographic Region 02, midwest of the State of Santa Catarina. The objective of this work is to investigate how the processes for integrated, decentralized and participatory management occur in the aforementioned CBH. The approach of this research will be qualitative, of a descriptive nature and the data collection will count on bibliographical and documental research, interviews and observations. As results it is expected to describe the panorama of the creation of the CBH, to evaluate the advances, gaps and potentialities for the management of water resources. Based on the studies carried out, it is expected to present as a product a table containing suggestions for actions that aim to strengthen the Chapecó and Irani Committee to act in the local management of water resources.

Keywords: Watershed Committees, Water Resources Management, Water Governance.

INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 9.433/1997, determina que a gestão dos recursos hídricos no Brasil deve ser realizada de forma descentralizada e participativa, contando com instâncias colegiadas. Dentre estas instâncias estão os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH), compostos por representantes de órgãos

-
1. Aluno da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Linha de Pesquisa em Regulação e Governança de Recursos Hídricos. Concórdia, Santa Catarina, Brasil. E-mail: engenheiro.andreleao@gmail.com.
 2. Docente no Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: cristiano.poletto@ufrgs.br

governamentais, da sociedade civil organizada e dos usuários de água, sendo a bacia hidrográfica o seu espaço de atuação (BRASIL, 1997).

De acordo com OCDE (2015), os CBH deveriam atuar como mecanismos de coordenação, ajustando as políticas de recursos hídricos aos locais. Na prática, entretanto, esses órgãos enfrentam desafios, tais como, dificuldades na operacionalização pela falta de estrutura física, recursos financeiros, de entidades de apoio executivo, dentro outros.

O CBH Chapecó e Irani, foi criado pelo Decreto Estadual nº 3.498 de 2010, a regiões meio-oeste do Estado de Santa Catarina. O trabalho tem como objetivo investigar como ocorrem os processos para a gestão integrada, descentralizada e participativa no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas, a partir de um estudo de caso do CBH Chapecó e Irani. A pesquisa em questão alinha com a ODS 6 – Água potável e saneamento, uma vez que os Comitês de Bacias Hidrográficas podem atuar como agentes para favorecer o uso racional das águas, em aspectos quantitativos e qualitativos.

MATERIAL E MÉTODOS

Adotar-se-á como área de estudo a Região Hidrográfica 02 – Meio Oeste, do Estado de Santa Catarina. Trata-se do território de atuação do CBH Chapecó e Irani. Por esta pesquisa ter um enfoque sobre determinado grupo específico pré-estabelecido, entende-se que a estratégia utilizada será de estudo de caso. A abordagem desta pesquisa será qualitativa, de natureza descritiva. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa envolve a compreensão de grupos sociais, e de organizações. A intenção da metodologia qualitativa é explicar o porquê das coisas e apontar o que convém ser realizado. Para que seja possível atingir os objetivos propostos, o autor elaborou esquema metodológico para a coleta de dados conforme apresentado na Figura 1.

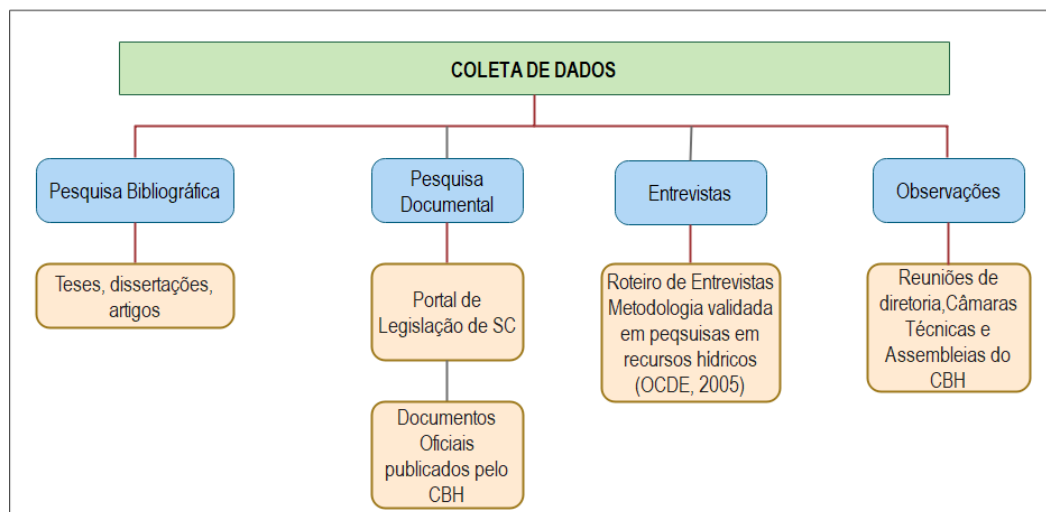


Figura 1 Esquema metodológico para a coleta de dados. *Fonte:* Autor (2022).

Para análise dos dados coletados na pesquisa, será utilizada a metodologia de análise de conteúdo. A análise de conteúdo é definida como técnica de pesquisa, caracterizada por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos, que visa obter indicadores que permitam o alcance de conclusões sobre os temas investigados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa trará um panorama sobre o processo, e as motivações para a criação do CBH Chapecó e Irani. Também, será avaliado os avanços, lacunas e potencialidades para a gestão de recursos hídricos, através de um recorte temporal de 2016 a 2021, por meio da análise de documentos oficiais emitidos pelo colegiado. Tendo como base os estudos realizados, espera-se apresentar um quadro contendo sugestões de ações que visem fortalecer e consolidar o Comitê de Bacias Hidrográfica como agente para a gestão integrada, descentralizada e participativa.

CONCLUSÃO

A partir dos resultados esperados, e do produto gerado, que será um quadro contendo as ações necessárias para fortalecer e suprir as lacunas de gestão do CBH, o autor apresentará o referido quadro de ações para a plenária do Comitê Chapecó e Irani, preferencialmente em assembleia geral, e posteriormente o disponibilizará para o acervo documental do CBH. Ainda, o mesmo será encaminhado para o Órgão Gestor Estadual de Recursos Hídricos e para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina. Este quadro de ações, poderá servir como apoio para o planejamento estratégico e de ações prioritárias do CBH, bem como para implementação de políticas públicas que auxiliem na gestão de recursos hídricos local por parte do Órgão Gestor.

Agradecimentos – O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, agradeço também ao Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos - ProfÁgua, Projeto CAPES/ANA AUXPE No. 2717/2015, pelo apoio técnico científico aportado até o momento.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. **Institui A Política Nacional de Recursos Hídricos, Cria O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos**. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm. Acesso em: 18 set. 2022.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1 ed., 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Governança dos Recursos Hídricos no Brasil**. Paris: OECD Publishing, 2015a. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264238169-pt>>. Acesso em: 16 set. 2022
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável / Água potável e saneamento**. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/6>. Acesso em: 19 set. 2022.

ProfÁgua

Mestrado Profissional em Rede Nacional
em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

